

Introdução

A ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima iniciou o seu projecto a 31 de Dezembro de 1991. Dá-se assim início à intervenção do LEADER I no Vale do Lima, que veio a encerrar em 31 de Dezembro de 1994, marcado pela concretização de todos os objectivos propostos e lançando uma nova filosofia de actuação entre todos os actores do desenvolvimento local, entidades públicas e privadas.

A continuação deste projecto no âmbito do LEADER II foi equacionada ao longo de 1994, com a redefinição da zona de intervenção, realizando-se a 14 de Julho a reunião da Assembleia Geral da ADRIL que aprovou definitivamente a candidatura, que culminou com a credenciação da ADRIL a 6 de Maio de 1995. A 25 de Abril de 1996, é assinada a Convenção Nacional, dando-se início a uma nova fase que se prolongou até 31 de Dezembro de 1999.

Foram assim lançadas as bases para a continuação de um projecto que se têm revelado do maior alcance para o desenvolvimento do Vale do Lima e que é um exemplo de cooperação institucional ao nível local, nacional e transnacional.

A ADRIL é constituída por entidades representativas de todos os sectores da economia local e que são os principais actores do desenvolvimento do Vale do Lima. O sector público está representado pelas quatro Câmaras Municipais da zona de intervenção (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo), pela VALIMA – Associação de Municípios do Vale do Lima, PNPG – Parque Nacional da Peneda/Gerês, RTAM – Região de Turismo do Alto Minho e ISPVC – Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo.

O sector privado está representado pelas seguintes associações:

TURIHAB - Associação do Turismo de Habitação, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez, Associação Empresarial de Ponte de Lima, ARVAL - Artesãos Reunidos do

Vale do Lima, Adegas Cooperativas de Ponte da Barca, AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, Adegas Cooperativas de Ponte de Lima, AAVL - Associação dos Agricultores do Vale do Lima, Associação Empresarial de Viana do Castelo, AEVAL - Associação Empresarial Val do Límia e CEVAL – Conselho Empresarial do Vale do Lima.

A área de intervenção da ADRIL tem inúmeras potencialidades, que para além de muitas delas aproveitadas, para o desenvolvimento do Vale do Lima, existem ainda motivos para recuperar, valorizar e dinamizar o vasto património existente nesta região, dando sustentabilidade e melhoria de vida das populações rurais, pois é por elas que deve começar e basear-se toda uma estratégia de desenvolvimento rural integrado.

Geograficamente, o Vale do Lima caracteriza-se por situações distintas, onde a jusante existe uma zona montanhosa intensa, com formações graníticas de grande extensão, onde a altitude pode ir até aos 1200m, decrescendo ao longo do vale, atingindo altitudes de 100m a montante, definindo por si só, diferentes variações de temperatura e índices de pluviosidade.

Tendo ainda a agricultura um papel de importância na região, o declínio da mesma no Vale do Lima é inexorável e todos os indicadores apontam para um processo de esgotamento progressivo. Os agricultores que trabalham a tempo total nas explorações são cada vez em menor número, desenvolvendo mais actividades exteriores remuneradas. Da população agrícola, que gravita em torno da exploração, uma parte significativa, são jovens numa situação expectante, procurando entrar no mercado de trabalho, noutras actividades.

Quadro 1. Indicadores Agrícolas

Indicadores	Minho-Lima	Vale do Lima (ZI)	Arcos de Valdevez	Ponte da Barca	Ponte de Lima	Viana do Castelo	Viana do Castelo (ZI)
N.º Explorações	16 735	9 115	3 081	1 123	3 729	2 384	1 182
SAU (há)	68 273	42 511	16 675	10 784	10 732	7 110	4 320
Blocos/Exploração	8,5	8,2	7,1	12,9	5,5	7,2	7,3
Pop. Agrícola	57 799	31 865	9 005	3 764	14 284	9 703	4 812
Produtores – Total	16 511	8 998	3 037	1 111	3 673	2 369	1 177
Homens	8 842	4 560	1 681	589	1 796	1 128	494
Mulheres	7 669	4 438	1 356	522	1 877	1 241	683
Trabalho Exploração (N.º produtores)							
>0<50%	3 634	1 710	597	140	672	532	301
>=50 a <100%	8 598	4 832	1 778	761	1 621	1 057	672
Completo	4 279	2 456	662	210	1 380	780	204
Trabalho Exploração (% Produtores)							
>0<50%	22, 01	19	20	13	18	22	26
>=50 a <100%	52, 07	54	59	68	44	45	57
Completo	25, 92	27	22	19	38	33	17
Actividade Exterior Remunerada							
Principal	2 356	1 148	369	89	542	305	148
Secundária	260	126	50	15	42	30	19

Fonte: INE

O Turismo em Espaço Rural, assume hoje um papel preponderante para diminuir esta tendência, sendo neste sentido que a ADRIL vem trabalhando nestes últimos anos, aliando o vasto espolio arquitectónico, ambiental, cultural ao desenvolvimento integrado das populações rurais que carecem de meios para se fixarem nas localidades. Não é fácil dominar o êxodo rural, mas com diferentes acções de desenvolvimento, o apoio junto das populações e o conhecimento das mesmas é fundamental para que se encontre algum equilíbrio populacional.

As iniciativas levadas a cabo pela ADRIL, quer no LEADER I quer no LEADER II, tiveram um forte impacto na região, demonstrado pelos resultados favoráveis na recuperação do investimento.

Relativamente ao LEADER I, podemos hoje concluir que gerou grandes transformações na região, sobretudo nas zonas interiores do Vale.

- Difundiou-se o desenvolvimento turístico, que inicialmente se concentrava na faixa litoral e nas maiores aglomerações urbanas;
- Alargou-se a oferta a faixas sociais e etárias com difícil acesso aos benefícios do turismo, com múltiplas oportunidades e a preços reduzidos;
- Criaram-se excelentes condições de relacionamento social e para a troca de experiências entre a população rural do interior e a população urbana, incluindo um número sempre crescente de estrangeiros;
- Recuperou-se um conjunto significativo de exemplares do nosso património cultural e, sobretudo, despertou na população uma relação de afectividade e identificação com esses valores, que tendencialmente se perdia;
- Arreigou-se nessa mesma população a obrigação moral da salvaguarda do património comum e da sua transmissão intergeracional e criaram-se condições reais, nomeadamente pelo carácter demonstrativo das iniciativas, para a sua efectivação;
- Desencadeou-se um processo de aculturação e educação cívica que motivou outras entidades públicas e privadas a investir na continuidade desta iniciativa;
- Constituiu-se um apreciável complemento à economia familiar dos promotores da oferta turística, criando-se mesmo, em muitos casos, novos postos de trabalho;
- Atenuou-se a tendência crescente de desertificação e envelhecimento das aldeias, com a mobilização da população activa no sector terciário e o incremento das ligações familiares entre membros fixados e emigrados;

O Património, como expoente ou manifestação da cultura, é um dos recursos em torno do qual se podem articular estratégias de desenvolvimento rural. Assim o entendeu a ADRIL quando elaborou o seu Plano de Acção Local do LEADER II, tomando como eixo de referência o Património em todas as suas vertentes – natural e cultural, paisagístico e arquitectónico, edificado e evocativo.

Entendeu-se que a cultura em toda a sua dimensão material e imaterial constitui a identidade da região, no seu todo e nas especificidades de cada lugar, assumindo-se, com efeito, como um importante recurso a colocar ao serviço de um novo desenvolvimento.

Os edifícios, as estruturas rurais (anexos agrícolas, caminhos, pontes e muros), os padrões culturais e religiosos, a própria estrutura fundiária, os sistemas de cultivo, o aparato dos ofícios, foram construídos para responder às necessidades sociais, económicas e culturais das gerações que nos precederam e traduzem o esforço de desenvolvimento de cada época. Representam, assim, um activo fundamental para conservar viva a memória colectiva, a alma da população rural.

Mas os ajustamentos sociais e económicos que no passado recente marcaram indefectivelmente o nosso país, reflectindo-se de forma diferente em cada região, acentuaram, em muitos casos, assimetrias históricas e recresceram distorções que deixaram marcas profundas no habitat e no equilíbrio da paisagem. Produziram-se, assim, claras roturas por efeito da inadaptabilidade das estruturas tradicionais aos padrões e exigências de uma qualidade de vida para a qual uma grande maioria da população, se bem que ansiosa e justamente credora, não estava ainda em perfeita sintonia.

À incapacidade das tutelas públicas na gestão da mudança acrescia o sentimento, por parte da população, de que o passado evocava privações, falta

de conforto, uma vida dura que pretendiam esquecer, pelo que todas as referências, mormente as edificadas, que lhe recordavam, mesmo como

testemunhas passivas, esse pesadelo, constituíam assombrações que urgia derrubar ou pelo menos, reformular.

Esta mentalidade, inicialmente difundida na classe emigrante e depois generalizada com o apoio ou, pelo menos, com a apatia da sociedade culta, acabaria por provocar uma reacção a favor da reabilitação do património, da redescoberta da sua autenticidade e de um novo respeito pelo passado. Este posicionamento, já então alinhado com o que de mais avançado se fazia em toda a Europa, encontrou mesmo soluções práticas que viabilizavam economicamente a recuperação e a conservação, conferindo ao Património um desempenho determinante na promoção do desenvolvimento rural.

Foi nesta perspectiva que o LEADER II se ajustou à realidade do Vale do Lima. A aposta feita na versão anterior, com a reconversão pioneira de algumas estruturas rurais orientadas para o Turismo e a produção local, poderia ser potenciada em torno de um denominador comum que despertasse sinergias numa articulação integrada desses projectos e de outros que viessem a ser contemplados. Esse denominador comum foi, por opção assumida, o Património.

Foi possível, assim, reforçar a oferta de alojamento turístico do Soajo com uma nova acção no Lindoso, corrigindo pontualmente alguns aspectos técnicos da intervenção. Recuperaram-se 18 casas que tiveram efeito multiplicador, gerando iniciativas semelhantes dentro e fora destes aglomerados e motivando as próprias autarquias para beneficiar o espaço público. A aldeia do Soajo é hoje um lugar de referência nos roteiros do património, com uma boa oferta de serviços e proporcionando uma melhor qualidade de vida.

O sucesso destas experiências induziu dentro do próprio Programa outro tipo de iniciativa-piloto — o reforço de centralidades nas freguesias periféricas de habitat disperso. Com este projecto, as freguesias com a população

pulverizada ou agrupada em pequenos aglomerados indistintos, desprovidas de identidade própria e susceptíveis de ceder a processos de aculturação

estranha, poderiam reforçar uma centralidade representativa, em que todos se revissem. Nasceu, assim, o projecto dos Centros Cívicos, testado em três freguesias com características de ordenamento distintas, sendo já perceptível a receptividade local e o impacto gerado. Mais uma vez o Património foi a pedra angular desta nova iniciativa. Pequenas intervenções no edificado que, em alguns casos, não passaram de mera sugestão a ter em conta em próxima oportunidade; criação de um serviço de interesse público ou de um pequeno equipamento capaz de gerar animação e actividade, à custa da recuperação de um edifício mais significativo; melhoria da imagem do espaço público (remoção de fios aéreos, utilização de materiais tradicionais, alguma arborização e jardinagem, reintegração de elementos relevantes do edificado, colocação de mobiliário urbano ou instalação de sinalética).

Também no capítulo das Itinerâncias, as temáticas sugeridas justificaram uma ou outra publicação e algumas intervenções pontuais em valores assinaláveis do Património natural e cultural – o Caminho Português de Santiago, o Itinerário do Românico, os moinhos da Montaria ou o ecossistema da Veiga de S. Simão foram novos exemplos de como o Património pode constituir o argumento forte para um desenvolvimento sustentado e contribuir, simultaneamente, para reforçar a identidade cultural de uma região.

Para concluir esta abordagem é conveniente registar o contributo do Património, em todas as suas vertentes, para tornar possíveis os projectos de cooperação que a todos os níveis se verificaram no âmbito do LEADER II – ao nível local, com a criação do Turismo de Aldeia e a intervenção nos Centros Cívicos; ao nível regional, com a recuperação de três antigos edifícios, adaptando-os a Centros de Mostra de Produtos Locais; ao nível nacional, envolvendo parcerias com outros agrupamentos LEADER, que conduziram à constituição da ATA – Associação do Turismo de Aldeia e da CENTER – Central Nacional de Turismo no Espaço Rural; e ao nível transnacional, integrando o esforço comum de diversos países da União Europeia na

consolidação do Label “Aldeias de Tradição”, onde, mais uma vez, o Património é a referência central e o pilar do seu sucesso.

É nesta perspectiva de desenvolvimento que surge a candidatura à Medida 7.1 do Programa Agris, dando continuidade ao trabalho realizado por esta Associação, para que cada núcleo rural se valorize e dê melhores condições de vida às populações.

A candidatura parte como fio condutor numa estratégia levada a cabo pela ADRIL, no qual se lança mais uma pedra na construção do desenvolvimento integrado, partindo dum diagnóstico mais personalizado num determinado núcleo, avaliando as potencialidades do território bem como os seus estrangulamentos.

O diagnóstico pressupõe, ainda, a sensibilidade da equipa que trabalha no terreno, para identificar os problemas do núcleo rural, envolver toda a população num trabalho conjunto de dinamização, fazer-lhes sentir a importância da sua localidade, bem como a sua própria importância no desenvolvimento da mesma.

O diagnóstico elaborado parte de um estudo do local, que embora numa forma resumida, estabelece um conjunto de informações necessárias à intervenção. O diagnóstico das condições existentes, das potencialidades, dos estrangulamentos, pontos fortes e pontos fracos, irão permitir definir uma linha de actuação no futuro, aquando a implementação do Plano de Intervenção.

Metodologia

A recolha de dados para a elaboração do Plano de Intervenção, baseou-se na análise dos locais a intervir, onde o objectivo foi essencialmente actuar em zonas mais desfavorecidas, e onde fosse possível conciliar as mais valias existentes do local, passando obviamente pela valorização e melhoramento dos espaços públicos para benefício de toda a população.

Numa primeira fase, com a colaboração da VALIMA, foram sugeridas pelas Câmaras Municipais do Vale do Lima, vários núcleos onde se previa a actuação da Medida, partindo do prévio conhecimento do âmbito de actuação da mesma.

Numa segunda fase, depois de intensificados os locais a intervir, foram contactados os Presidentes de Junta para reunir os potenciais promotores, onde foi publicamente apresentada a Medida junto da população, para começar a elaborar o levantamento das situações a intervir.

Foram constituídas equipas que trabalharam junto das pessoas, com o apoio da autarquia, que divulgou a iniciativa como recolheu os nomes dos interessados. Foram levantados e fotografados possíveis intervenções, com o preenchimento de uma ficha que descreve os trabalhos a elaborar e quantifica os respectivos custos. Paralelamente foram recolhidos dados estatísticos referentes às freguesias, para uma melhor caracterização da população e realizaram-se reuniões de trabalho, que envolveram agentes locais. Foram ainda contactadas diversas instituições para recolha de informação complementar, como a Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho, Câmaras Municipais, Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Associação de Municípios do Vale do Lima – VALIMA.

Referências Históricas

S. Lourenço da Montaria é a mais serrana freguesia do concelho de Viana do Castelo, distando do mesmo cerca de 15 km, inserida já na Serra da Arga, mantém um ecossistema bem característico e relacionado com toda a largueza da serra.

Segundo Figueiredo da Guerra, ter-se-á chamado de S. Mamede de Pedregulhos, depois de S. Lourenço de Breteandelos, com igreja no sítio de Portodeira, tendo esta mudado para Lousa, talvez em meados do século XIV, já com a designação actual.

Mudou novamente em 1714 para o local que hoje ocupa. Persiste o topónimo Igreja Velha, no local da antiga igreja, assinalado com um cruzeiro.

É imprescindível neste local, uma subida ao planalto da serra da Arga e à Senhora do Minho, onde se alcançam vistas soberbas sobre o Vale do Lima e terras até além-Cávado.

Actividades económicas: Agricultura, pecuária de subsistência e pequeno comércio.

Festas e Romarias: S. Lourenço (8 a 10 de Agosto), S. Mamede (4 e 5 de Agosto) e Santa Bárbara.

Património: Igreja paroquial e capelas de Nossa Senhora da Conceição, de S. Brás, do Senhor do Socorro, de S. Mamede, de S. Frutuoso e S. Francisco.



Fig.1 - Igreja paroquial de S. Lourenço da Montaria

Outros locais de interesse: Senhora do Minho e no alto da serra de Arga, viveiro florestal no sítio da Portodeira e grande número de moinhos de água.

Gastronomia: Enchidos de porco

Orago: S. Lourenço



Fig.2 - S. Lourenço

A localização muito particular deste núcleo rural, formou-lhe um carácter serrano e independente que se materializou em muitos vestígios materiais, aparentemente insignificantes, mas que são o resultado de uma notável adequação do homem às possibilidades que o meio natural lhe dá, usando e respeitando os meios naturais.

É assim, que a arquitectura combina o xisto com o granito, os socalcos, que permitem a agricultura nas encostas, os velhos caminhos dos pastores, ou os canais de água para a rega e para os inúmeros moinhos que se espalham pela

serra. Os moinhos de água são nesta local, uma das mais antigas referências da arquitectura popular, estes pequenos monumentos (com são consagrados na Carta de Veneza), foram e são ainda hoje, verdadeiros testemunhos desta perfeita adequação entre o homem e o meio ambiente, pelo uso da água, como energia renovável e não poluente.

Localização Geográfica



Fig 3 – Freguesias do concelho de Viana do Castelo

O Núcleo Rural do S. Lourenço da Montaria, abrange uma área com aproximadamente 22,4 Km², onde reside uma população de 665 habitantes, situado no concelho de Viana do Castelo, também sede de distrito, região do Minho.

Caracterização Edafo-Climática

S. Lourenço da Montaria insere-se numa região em que o relevo desta sub-região, é fortemente modelado pela rede hidrográfica do rio Lima. Inserido no concelho de Ponte de Lima. Apresenta duas zonas diferentes que variam desde a zona de meia encosta, entre os 200 m e os 500 m (onde está situada a freguesia), e a zona Serrana, acima dos 500 m, presente também neste núcleo (Serra da Arga), mas onde apenas se faz pastorícia ou turismo de aventura.

O clima caracteriza-se por temperado atlântico, com Verões quentes e Invernos frescos, características que se acentuam quando caminhamos para o interior os níveis de transição das influências mediterrâneas, atlântica e de altitude. O invernos são em geral chuvosos e frios, Primaveras e Outonos irregulares e com predominância de Verões quentes e secos. A precipitação média anual varia entre os 1000 a 1200 mm, temperaturas médias anuais na ordem do 10º a 15º C. Na Montaria estes valores podem variar essencialmente na precipitação, pois trata-se de uma zona de meia-encosta onde as baixas temperaturas e a altitude favorecem a precipitação.

Os solos são de textura ligeira ou mediana, permeáveis podendo nas zonas mais húmidas perecerem solos de textura mais arenosa.

Os solos mais pobres são utilizados para pastagens, onde são características cultura como o azevém, para alimentação do gado, bem como culturas espontâneas que são utilizadas para a mesma finalidade.

Caracterização Demográfica

A população residente do Núcleo Rural é de 665 habitantes (Censos 2001). A estrutura etária desta população caracteriza-se pela seguinte distribuição:

Quadro 1 - Estrutura Etária da População Residente

HM	2001	%
0 -14	77	11,5
15-24	94	14,2
25-64	316	47,5
+65	178	26,8

Fonte: INE - CENSOS 2001

Através da leitura deste quadro, podemos concluir que o índice de envelhecimento ainda não atinge valores preocupantes a médio prazo, sendo a taxa mais elevada da população (47,5%), dos 25 aos 64 anos. O número de jovens é uma das mais valias deste núcleo, se comparados com outros núcleos rurais do Vale do Lima, factor que se deve essencialmente à proximidade de centros urbanos como Viana do Castelo (25 km) e Vila Praia de Âncora (15 km), permitindo uma fácil deslocação para os locais de trabalho sem terem que habitarem nas cidades.

A densidade populacional é de 29,6 hab/km², valor representativo de uma saudável humanização da freguesia e, por conseguinte, da paisagem.

Quadro 2 - Densidade Populacional (Hab/Km²)

	1991	2001
Montaria	29,1	25,4
Viana do Castelo	126,5	128,9
Vale do Lima	92,1	90,9

Fonte: INE - CENSOS 2001

As percentagens de variação da população diminuíram quer no Vale do Lima, quer na freguesia da Montaria, o que comprova o abandono das freguesias rurais da população para zonas urbanas, mesmo sendo Viana do Castelo um cidade de média dimensão com cerca de 83.095 habitantes, mas a maior e principal de todo o Vale do Lima.

Não tendo dados estatísticos exactos relativamente à emigração, o contacto com a população permitiu-nos saber que, os emigrantes da Montaria não são em número elevado, não chegando sequer a duplicar o número de população residente nos meses de férias. Os países onde o fluxo de emigrantes é maior está assim ordenado: França, Suíça, Brasil e Alemanha.

A migração é também factor a não descorar, pois uma boa parte da população reside em Lisboa e no Porto, de onde vem actualmente alguns transeuntes que adquirem segunda casa nesta freguesia.

Nível de Instrução da População Residente

Quadro 3 - Nível Instrução População

	2001
Nenhum Nível de Ensino	114
1º Ciclo Ens. Básico	310
2º e 3º Ciclo Ens. Básico	164
Ens. Secundário	51
Ensino Superior	25

Outro Ensino	1
--------------	---

Fonte: INE - CENSOS 2001

O analfabetismo continua nas zonas rurais, um forte entrave ao desenvolvimento, neste caso representa cerca de 17% da população. Todavia, existem formados no ensino superior cerca de 25 indivíduos (incluindo os que frequentam actualmente), bem como os 54 indivíduos do ensino secundário, são de todo essenciais ao desenvolvimento deste núcleo, não desvalorizando o

ensino abaixo destas, que em conjunto, reunirão conhecimentos importantes para todos, e em consequência importante para a toda a população do núcleo rural freguesia.

Esta análise permite-nos, não apenas confirmar o anteriormente exposto sobre o nível de instrução, mas também concluir sobre o défice de desenvolvimento de que esta área sofre – baixo nível de instrução de uma população é um dos maiores obstáculos ao seu desenvolvimento. O contacto local permitiu-nos saber que, a maioria dos indivíduos com formação média/superior exerce funções em centros urbanos desenvolvidos, e esporadicamente desenvolvem trabalhos na freguesia, que embora em pequena escala, acaba sem dúvida por beneficiar a freguesia, e sobretudo dinamizar os residentes.

Estão actualmente em actividade escolar 104 indivíduos, distribuídos pelas escolas da Montaria (ensino básico), escola secundária de Lanheses e Viana do Castelo e ensino superior em diferentes universidades do país.

Alojamento Familiar

A freguesia da Montaria é constituída por vários lugares, que lhe conferem alguma dispersão. Os lugares mais significativos são, Espantar, Trás-Âncora, Pedrulhos e S. Lourenço, sendo ainda estes lugares sub-divididos pelos lugares de Lousa, Costa, Além do Rio, Xisto e Aldeia.



Fig 4 – Centralidade da Montaria

Apesar da dispersão, S. Lourenço da Montaria tem uma centralidade completamente caracterizada, cuja a intervenção deste programa visa essencialmente este núcleo, onde estão todos os serviços públicos, cafés, igreja e junta de freguesia. É por isso importante, a valorização desta centralidade, que prima pela beleza, espaço amplo e verde que, com alguns arranjos, possibilitará uma maior satisfação da população bem como, às dezenas de transeuntes que por aqui passam anualmente.

O principal largo (centro), representado nas fotografias 4 e 5, representa o local de encontro da população, apesar da dispersão desta freguesia, os habitantes identificam-se com esta centralidade.



Fig. 5 – Largo / Capela

Quadro 4 – Alojamentos Familiares

Alojamento Familiar	
Famílias Clássicas	203
Alojamentos Familiares Clássicos	287
Alojamentos Famili. Res. Habitual	201
Alojamento Ocupados para uso Sazonal ou Secundário	62
Alojamentos Vagos	25
Alojamentos c/ Esgotos	177
Alojamentos s/ Esgotos	24
Licenças concedidas p/ construção de edifícios de Habitação(1997)	7
Alojamentos com Electricidade	201
Alojamento sem Electricidade	X
Alojamentos com água	193
Alojamentos sem água	8

Fonte: INE - CENSOS 2001

Relativamente ao quadro atrás referido, verifica-se que as principais deficiências se reportam à não existência de esgotos em algumas habitações, como também não haver água noutras. De um modo geral, as habitações tem as condições mínimas de habitabilidade, contando com luz em todas elas, rede pública de águas, e recolha de lixo duas vezes por semana.

Equipamentos e infra-estruturas Básicas

A análise do quadro 5 - Equipamentos e infra-estruturas Básicas e, depois de constatada a realidade no terreno, podemos afirmar que neste núcleo rural as infra-estruturas básicas apresentam um médio grau de satisfação, mas as infra-estruturas básicas como centro de saúde ou farmácia não existem, se atendermos ao número de população residente, estes serviços seriam indispensáveis.

Quadro 5 – Equipamentos e Infra-estruturas Básicas

Equipamentos e Infra-estruturas Básicas	Existe / Não Existe
Minimercado	Existe
Rede Pública Abastec. Água	Existe
Rede Pública de Águas Residuais	Não Existe
Recolha Lixo	Existe
Estação ou Posto Correio	Não Existe
Ensino Básico 1º Ciclo- Público	Existe
Centro de Saúde ou Extensão	Não Existe
Farmácia	Não Existe
Centro de Dia	Não Existe
Biblioteca	Não Existe

Fonte: INE - CENSOS 2001

Sendo assim, os residentes necessitam de se deslocarem a Lanheses, (15 km de distância), Viana do Castelo (25Km), para se deslocarem a uma farmácia e centro de saúde. Por outro lado, e embora não conste nas estatísticas do INE, existe actualmente em funcionamento um jardim de infância e, a escola

primária conta ainda com um número significativo de alunos (cerca de 25), sendo previsível que a mesma se mantenha em funcionamento mais alguns anos.

A deslocação da população para estes locais, é feita prioritariamente de autocarro, onde diariamente saem vários para os diferentes locais, estando distribuídos da seguinte forma:

S. Lourenço • Viana do Castelo – 07h00 e 13h00 (diário)

S. Lourenço • Vila Praia de Âncora – 10h30 e 15h00 (diário)

Viana do Castelo • S. Lourenço - 19h00 (diário)

Vila Praia de Âncora • S. Lourenço - 19h00 (diário)

Nota: Os horários praticados são os actuais, os horários de inverno, segundo o Presidente da Junta, são diferentes, como também existe transporte escolar para os alunos durante o tempo de aulas para a escola secundária de Lanheses.

Acessibilidades

As acessibilidades no interior do Vale do Lima têm vindo a sofrer algumas pequenas melhorias, mais qualitativas do que quantitativas, mantendo-se a acessibilidade externa numa situação muito mais favorável do que a interna.

A rede viária principal permanece inalterada, há décadas e só a construção da auto-estrada veio introduzir uma modificação profunda, em 1998.

A construção (conclusão) dos IC1 e IC28, eixos rodoviários que, embora de nível nacional, constituem eixos de crucial importância na articulação entre a auto-estrada e as estradas de nível municipal. Trata-se de dois eixos prioritários, um litoral, o IC1, no sentido norte-sul, ligando Viana do Castelo à Área Metropolitana do Porto e à Galiza e o outro, o IC 28, longitudinal, ligando a cidade de Viana do Castelo a todo o *hinterland* rural do Vale do Lima,

prolongando-se para Espanha. Ambos os eixos, uma vez concluídos, funcionarão como nível estruturante de toda a rede viária do vale.

S. Lourenço está assim provida, pela estrada nacional que liga Ponte da a Viana do Castelo como itinerário principal, sendo o acesso feitos pela estrada que liga Lanheses a Vila Praia de Âncora, como também pela estrada que parte da freguesia de Nogueira (entre Ponte de Lima e Viana), até ao cruzamento onde se encontra com a estrada de Lanheses para Vila Paria de Âncora. De referir ainda que, em Nogueira se situa o nó de acesso ao IC28, que se prolonga já até Viana, tornando assim o acesso ao concelho mais rápido e cómodo, como no futuro o irá ser para Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Espanha (pelos interior), quando esta via estiver concluída.

Saúde e Segurança Social

O nível de atendimento da população dos serviços de saúde e assistência social nesta área, não são de todo eficazes, aliás como foi já referido.

O tempo de “viagem” para um centro de saúde mais próximo, é cerca de 30 minutos, como também para a deslocação ao hospital de Viana do Castelo ou Ponte de Lima, com uma durabilidade de 45 a 60 minutos.

Embora o tempo referido não pareça ser demasiado longo, os centros de saúde onde se desloca a população da Montaria, contam já com uma elevada taxa de atendimento nas suas freguesias, sendo necessário madrugar para poderem ser atendidos com a maior brevidade possível, pois caso contrário, e como acontece com frequência, é perdido um dia inteiro para serem atendidos.

Estrutura Económica e Meios de Produção

No que diz respeito à população empregada, na sua maioria encontra-se ocupada no sector primário, nomeadamente na agricultura, seguindo-se a construção civil no sector secundário.

	Índice de Actividade
Taxa de Actividade	26,4%

Fonte: INE - 1991

Apesar deste núcleo ter uma grande actividade na agricultura (a tempo inteiro ou ocasionalmente), progressivamente, o Vale do Lima foi-se convertendo numa área rural cada vez menos agrícola, em que a agricultura ocupa um lugar cada vez menos significativo na base económica e nos rendimentos das famílias. As estruturas agrárias locais são dominadas pela pequena agricultura camponesa, pela pequena propriedade muito fragmentada em blocos dispersos, com culturas tradicionais destinadas ao autoconsumo e à comercialização, em pequena escala, nos mercados locais.

Quadro 6 – Dist. Por sexo (residente)

	1991				2001			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Montaria	288	38	471	62	284	43	378	57
V.castelo	38.527	46,6	44.568	57,3	41.742	47,2	46.667	52,8
Vale do Lima	45.146	45,8	53.418	54,2	45.507	46,8	51.767	53,2

Fonte: INE - CENSOS 2001

Como se pode observar no quadro, a tendência da haver maior número de mulheres do que homens é unanime nos três zonas referida, aliás como acontece a nível nacional. Houve no entanto, uma diminuição dessa percentagem de 1991 para 2001, mesmo no caso em que o número da população aumentou (Viana do Castelo).

Quadro 7 – Estado civil da população

Estado civil da população	Número de indivíduos
População residente HM – Solteiro	296
População residente HM – Casado c/ registo	298
População residente HM –Viúvo	57
População residente HM –Separado	4
População residente HM –Divorciado	2

Fonte: INE - CENSOS 2001

Actividade Agrária

A actividade agrária de S. Lourenço está distribuída por 103 explorações, numa área de 2416 ha segundo os dados estatísticos de recenseamento geral agrícola de 1999.

Quadro 8 – Actividade Agrária – Dados gerais

Dados Gerais	Nº de explorações	Valor
Explorações	103	2416 ha
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	103	2303 ha
SAU – Por conta própria	103	2289 ha
SAU - Arrendamento	7	1ha
SAU – Outras formas	25	13ha
Matas e florestas sem cult. Sob-coberto	74	66 ha
SAU por exploração	22,36 (ha/exploração)	
Blocos com SAU exploração	11,53 (nº de explorações)	
Superfície irrigável	103	113 ha
População agrícola	435 indivíduos	

Fonte: INE-RGA99

Como podemos verificar nos dados acima mencionados, tal como foi referido anteriormente, mais de metade da população dedica-se à agricultura (66,3%), existindo 7 explorações em regime de arrendamento, dado este que reflecte

algun interesse no cultivo das terras, pois é pouco frequente o regime de arrendamento em meios rurais pequenos.

O núcleo rural da Montaria, como acontece em outros núcleos rurais no Entre Douro e Minho, também viu diminuído o número de explorações de 1989 para 1999, de 153 para 103 respectivamente. Estes dados são inevitáveis, produtores agrícolas de idade avançada praticam técnicas de produção antiquadas, recorrendo pouco a maquinaria agrícola e a tecnologias recentes, revelando uma total incapacidade para procederem à reconversão da actividade agrícola a curto prazo. Paralelamente, existe um conjunto restrito de explorações de maior dimensão, ainda que em regra geral também divididas em blocos dispersos, ocupadas com vinha ou criação de gado para carne e leite, com produtividades económicas efectivas, e com condições de competitividade

Quadro 9 – Utilização das terras

Utilização das terras	Nº de explorações	Superfície (ha)
Cerais para grão	100	52
Leguminosas secas para grão	61	3
Prados temporários e culturas Forrageiras	100	53
Batata	93	5
Horta familiar	98	3
Olival	81	9
Vinha	81	9

Fonte: INE-RGA99

Os cereais de grão ocupam grande parte dos terrenos agrícolas, bem como, os prados temporários de culturas forrageiros, devendo-se ao elevado número de efectivo animal existente (ver quadro 10).

A horta familiar é também factor preponderante neste núcleo, o que o identifica perfeitamente na sua ruralidade, o cultivo de vários legumes abastece em grande parte a população, onde também se salienta o elevado cultivo da batata. O olival, é mais denso nos lugares subjacentes aos núcleo, onde os

solos são mais férteis e a irregularidade do terreno é menor tendo uma camada arável mais rica em nutrientes.

Efectivo Animal

Tal como acontece nas regiões serranas, onde predominam os pastos extensivos, a criação de animais está na base da agricultura praticada em zonas rurais. S. Lourenço da Montaria, tem um grande e diversificado efectivo animal, cujo destacamos a existência de um posto de leite que tem perdurado, apesar da instabilidade do sector. As vacas leiteiras ascendem às 72, sem dúvida um número suficiente para manter o posto de leite aberto, como refere a maior parte da população.

Quadro 10 – Efectivo animal

Utilização das terras	Nº de explorações	Número
Bovinos	91	231
Bovinos – vacas leiteiras	72	98
Bovinos – outras vacas	38	47
Suínos	25	42
Ovinos	30	308
Ovinos –fêmeas reprodutores	26	183
Caprinos	29	412
Caprinos – fêmeas reprodutoras	21	272
Equídeos	7	28
Coelhos	50	505
Coelhos –fêmeas reprodutoras	49	116
Aves	101	2405
Aves – Frangos de carne	98	1248
Aves – Galinhas poedeiras e reprodutoras	89	699

Fonte: INE-RGA99

Os caprinos e ovinos são ainda hoje, uma actividade exercida por várias famílias, embora o seu efectivo tenha diminuindo para mais de metade desde 1989, devido ao pouco uso da sua matéria prima, essencialmente as peças de vestuário derivadas da lã de ovelha em crescente desuso actualmente.

Como se pode verificar, pelo quadro 10, existe um número considerável de animais, embora apenas os bovinos de leite, aves de carne, caprinos e ovinos sejam em alguns casos comercializados para a venda ao grande público das cidades próximas. A venda em feira semanais do concelho, constitui a segunda alternativa de venda de diversos géneros alimentares aqui produzidos.

A organização de produtos de qualidade, de um pequeno comercio local dedicado aos mesmos, poderia ser mais um meio mais de escoar produtos, sobretudo porque possibilitaria uma divisão de custos e esforço dos agricultores. Os produtos vendidos são uma ajuda na economia familiar, a comercialização, organização, formação e acompanhamento, são alternativas que, embora de difícil implementação em zonas de fortes tradições agrarias, não são de todo impossível se houver um esforço conjunto da população, técnicos e organismos da tutela.

Equipamentos agrícolas

Baseado no RGA 99, os equipamentos agrícolas são suficientes quando nos referimos ao número de tractores (49) e, insuficientes noutro tipo de equipamentos. A potenciação das máquinas agrícolas são um factor importante para um maior rendimento da produção, se relacionarmos o número de tractores com a área cultivada, facilmente se conclui que não há rentabilização dos tractores agrícolas, pois existe um em quase metade das explorações existentes, o trabalho de uma máquina em diversas explorações valorizaria a produção, como baixaria os custos de produção.

Quadro 11 – Equipamentos Agrícolas

Equipamentos Agrícolas	N.º Explorações	Número
Tractores	49	49
Tractores, < 55 cv	47	47
Tractores, >= 55 cv	2	2
Motocultivadores	19	19
Distribuidores de adubos e correctivos	3	4
Pulverizadores e polvilhadores	49	52

Logicamente que, esta temática não é nova, o associativismo destas populações nas tarefas agrícolas está longe de ser fácil, mas se recuarmos no tempo, constatamos que havia divisão de tarefas pelas diversas explorações vizinhas, desde as plantações até às colheitas. Os dias de hoje são de facto bons para estas populações, que viram os seus familiares partirem para procurarem melhores condições de vida, não acreditarão por certo, que haverá um retrocesso aos métodos tradicionais de cultivo, com perspectivas de mercado, com o uso das novas tecnologias, com praticas mais rentáveis, com o zelo com a natureza, e que, a conciliação com a natureza e o homem terá que estar sempre presente, por isso o homem terá que ser inteligente e perceber que a preservação das zonas rurais, é crucial para a sua própria existência.

A análise do quadro, permite-nos tirar conclusões bem reveladoras da forte perda de interesse pela agricultura pelos jovens, pois as tarefas são na sua maioria árduas, os rendimentos são escasso e tudo isto aliado ao baixo brilho profissional que a agricultura confere nos dias de hoje.

Quadro 11 – Produtor agrícola singular

Produtor agrícola singular	Nº de indivíduos
Produtores	102
Sexo: homens	34
Sexo: mulheres	68
Idade: 25 a < 40 anos	4
Idade: 40 a <55 anos	40
Idade: 55 a <65 anos	30
Idade: >=65 anos	28
Nível de instrução - nenhum	46
Nível de instrução - básico	56
Tempo agrícola >0% a 50%	27
Tempo agrícola >= 50% a 100%	75

Fonte: INE-RGA99

Os produtores agrícolas são maioritariamente mulheres representando 76% do número total de produtores. A população activa no sector apresenta idades avançadas, onde 76% tem acima dos 40 anos. Por outro lado, o nível de instrução predomina o analfabetismo com uma taxa cerca dos 60% dos indivíduos, tendo os restantes 40% o ensino básico.

Saliente-se ainda, que os produtores ocupam todos mais de metade do tempo no trabalho agrícola, revelando ser a principal actividade à qual se podem dedicar.

Evidentemente que, cativar vos jovens para estas práticas é extremamente difícil, mas não é de todo impossível criar novas formas de rendimento com as matérias primas existentes, principalmente se forem de qualidade. O Turismo Rural, a Agricultura Biológica, a Manutenção da Paisagem, são factores a levar em conta não só pelos residentes, mas fundamentalmente pelos organismos tutelares, pois o desaparecimento total destas povoações terá consequências irreversíveis para a continuidade dos meios rurais.

Estratégia

A área de influência da ADRIL tem beneficiado desde 1991 de uma zona de intervenção LEADER, onde o desenvolvimento tem sido lento mas consistente, nomeadamente no despertar da consciência da população local para a necessidade de preservação da sua identidade cultural e recuperação e revitalização do património cultural e ambiental. A importância do aproveitamento harmonioso dos recursos locais, são e devem continuar a ser, a prioridade de intervenção deste núcleo rural, havendo necessidade de reforçar os apoios de maneira a evitar a degradação de um património que a todos pertence e que por todos deve ser preservado, garantindo um futuro mais próspero e vida no meio rural.

Foi essencialmente este espírito de mudança e de luta contra a fatalidade ou morte anunciada do “mundo rural”, que motivou a ADRIL a apresentar esta candidatura à Acção 7 “Valorização do Ambiente e do Património Rural”, Subacção 7.1. “Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural”, pois é vontade de todos (autarquias locais, associações e população), aproveitar esta iniciativa para melhorar as condições de vida a nível local, aproveitar os recursos endógenos disponíveis para criar mais rendimentos e valorizar as aldeias e toda a sua zona envolvente, valorizando, assim, a auto-estima da população residente.

As expectativas são enormes, os contactos estabelecidos a nível local são a prova disso, a participação dos agentes locais e dos futuros promotores, que apresentaram um largo conjunto de ideias, que querem ver concretizadas, sendo este programa, apenas, o início de muitas outras iniciativas a concretizar.

Analisados os pontos fortes e as debilidades existentes na zona de intervenção do núcleo rural verificamos o seguinte:

Pontos Fortes:

- *Existência de um grupo de pessoas interessadas em investir, na recuperação patrimonial e ambiental;*
- *Consciência de da situação de subdesenvolvimento;*
- *Existência de importante património etnológico;*
- *Existência de importante património construído e ambiental;*
- *Disponibilidade de mercados para produtos e actividades tradicionais dos meios rurais;*
- *Água em quantidade e qualidade, no rio Lima, para abastecimentos públicos, produção de energia, irrigação;*
- *Produtos de exploração e agroalimentar de grande qualidade;*
- *Artesanato de qualidade com potencialidades de comercialização;*
- *Alta percentagem de espaços naturais;*
- *Óptimas características rurais, ambientais e naturais;*
- *Baixo ou muito escasso nível de difusão dos novos métodos organizativos e produtivos;*
- *Forte identidade cultural da zona;*
- *Riqueza e diversidade do património cultural e natural (arquitectura rural, usos e costumes, artesanato, paisagens, linhas de água, etc.);*
- *Características montanhosas e rurais da zona, extremamente motivadoras do turismo de recreio, lazer, ambiental e de descanso;*
- *Existência de produtos agrícolas de excelência, com forte aproveitamento dos recursos naturais, como o vinho, a carne de espécies autóctones – Barrosã – o queijo, os enchidos e em pequenas quantidades outros produtos, desde o mel, frutos secos, frutos e legumes diversos, ervas aromáticas etc...*

Pontos Fracos:

- *Declínio populacional e população envelhecida;*
- *Baixo nível de escolarização e formação profissional das populações locais;*
- *Adversidade orográfica;*
- *Baixa nível de participação pública da população e incapacidade de organização e mobilização da sociedade civil local para as causas de desenvolvimento regional;*
- *Contínua saída dos jovens mais qualificados;*
- *Baixos salários;*
- *Agricultura predominantemente tradicional com baixo índice de rendimento que se encontra em contínua decadência*
- *Baixa disponibilidade de recursos financeiros;*
- *Escassez de meios tecnológicos de informação, comunicação e formação;*
- *Pouca importância para as questões do meio ambiente relacionada com a população;*
- *Deficiência nos transportes públicos;*
- *Dificuldades de acessibilidades em certas zonas;*
- *Escassez de infraestrutura de apoio à terceira idade;*
- *Degradação do património edificado;*
- *Reduzida capacidade de investimento;*
- *Fraca presença de outros sectores de actividades.*

Tendo em consideração o exposto e a análise externa e relação continuada dos principais aspectos do Mercado Comunitário que pode suportar ameaças e oportunidades para as zonas rurais de intervenção desta candidatura e conservando a mesma ordem que se utilizou para descrever os principais aspectos territoriais específicos determinantes para o desenvolvimento territorial, temos tentado destacar as principais oportunidades e ameaças que cada supõe para a região em questão. Esta análise foi completada com as principais oportunidades e ameaças que supõem o impacto das principais políticas da União Europeia que incidem sobre o desenvolvimento do território,

tal e como se depreende dos acordos globais alcançados no Conselho Europeu de Berlim em Março de 1999, sobre a Agenda 2000.

Estruturas rurais e urbanas

Oportunidades	Ameaças
<p>III Quadro Comunitário de Apoio</p> <p>Novas oportunidades turísticas de consumo (contacto com a natureza, a curiosidade cultural, o contacto humano, a necessidade de recuperar laços telúricos);</p> <p>O emergir de novas formas de turismo, nomeadamente o turismo ambiental, cultural, etnológico e de aventura;</p> <p>Inserção no Parque Nacional Peneda Gerês;</p> <p>A relativa proximidade de centros urbanos como Braga, Porto e região da Galiza;</p> <p>Troca de oportunidades económicas urbanas, sobre todo o nível regional;</p> <p>Crescente procura turística, quer de portugueses quer de estrangeiros;</p> <p>Crescente interdependência campo-cidade;</p> <p>Incremento dos produtos agrícolas de qualidade e do turismo verde, permitindo uma reorientação e uma diversificação positiva deste sector;</p> <p>Incremento e propensão em aplicar medidas agro-ambientais nas novas políticas.</p> <p>Possibilidade de diversificar a produção orientada a satisfazer “nichos” de mercado específicos;</p> <p>Cooperação institucional entre as autarquias locais e a associação de municípios e formas emergentes de organização da sociedade civil e das empresas dos diversos sectores (exemplo demonstrado no que diz respeito ao Programa LEADER.)</p>	<p>Continua dispersão urbana;</p> <p>Crescente segregação social nas cidades;</p> <p>Investimentos industriais crescentes sem garantias de controle ambiental;</p> <p>Agravamento do processo de despovoamento e abandono das terras, pela diminuição de serviços básicos e o dinamismo das “cidades” rurais;</p> <p>Alguma (embora fraca), influência do centro urbano de Viana do Castelo, cidade polarizada de todo o vale do Lima, tradicionalmente um vasto hinterland rural daquela cidade;</p> <p>Desigual acessibilidades entre as regiões rurais da Europa;</p> <p>Tendência de concentração e aparecimento de corredores de desenvolvimento;</p> <p>Redes locais de associações demasiado fechadas, isolando as populações, no acesso à informação;</p> <p>Concorrência dos territórios vizinhos em Espanha, ao nível do emprego e da oferta turística;</p> <p>Insuficiente conectividade entre redes e entre modos de transporte.</p>

Património natural e cultural

Oportunidades	Ameaças
<p>Áreas de interesse paisagístico e ambiental;</p> <p>Progresso consideráveis na sensibilização para a melhoria da qualidade das águas dos rios e ribeiros;</p> <p>Em matéria de política de meio ambiente, tem sido adoptada legislação favorável às regiões menos desenvolvidas (directiva <i>habitats</i>);</p> <p>Aumento da sensibilidade para conservar o património;</p> <p>Esforços consideráveis para revalorizar áreas rurais.</p>	<p>Perda da biodiversidade e áreas naturais;</p> <p>Fragmentação espacial das zonas protegidas;</p> <p>Pressão contínua sobre as paisagens culturais;</p> <p>Pressão sobre o património cultural;</p> <p>Forte pressões urbana e turísticas e ameaças de projectos de infra-estruturas;</p> <p>Tendências a adoptar actividades sobre produtoras do património.</p>

Objectivos

A implementação deste programa no núcleo rural objecto desta candidatura, tem como finalidade operar em pequenas recuperações e na valorização do património construído, do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, implementando projectos inovadores e demonstrativos que contribuam para a melhoria de vida dos habitantes desta zona rural e podendo transformar o tecido económico agrário local, criando condições de sustentação da população local, para que esta disponha de rendimentos adequados e atractivos face às condições de vida oferecidas pelos meios urbanos.

Pretende-se com a dinamização, revitalizar e recuperar culturas tradicionais, mitos e ritos que são obra dos próprios agricultores e dos rurais em geral, que começam a desaparecer e que há necessidade urgente de se intervir com alguns apoios financeiros de forma a consciencializar a população para a importância dos seus valores culturais.

O sucesso da implementação e concretização do Plano de Intervenção obriga à permanência de um técnico superior no terreno para apoiar, acompanhar e orientar os promotores e avaliar as a execução das acções bem como o resultado do impacto dos investimentos na zona de intervenção.

A intervenção vai incidir essencialmente na recuperação de fachadas degradadas, valorizando o património rural e criando o enquadramento necessário da zona rural onde se encontram inseridas.

Pretende-se valorizar em conjunto com as iniciativas elaboradas pelo Programa LEADER, aumentar a auto-estima das populações e dinamizar o núcleo para que as condições de vida da população sejam satisfatórias.

Beneficiários

- Câmara Municipal de Viana do Castelo
- Junta de Freguesia da Montaria
- Particulares

Tipos de Acções a Desenvolver

- *Infra-estruturas públicas;*
- *Dinamização e promoção do núcleo rural;*
- *Requalificação de espaços públicos;*
- *Recuperação de construções rurais de traça tradicional, através da recuperação das fachadas , telhados e caixilharias;*
- *Valorização de espaços e itinerários pedonais de interesse histórico-turístico.*

Conclusão

O espaço do nosso mundo rural é caracterizado pela baixa taxa de densidade populacional e pela sua importância relativa da agricultura na economia e na sociedade. O rendimento das nossas zonas rurais apresentam níveis muito inferiores aos das zonas urbanas ou semi-urbanas, com tendência a acentuarem-se as mutações económicas e sociais, tornando-as mais vulneráveis ao impacto da globalização.

Analisadas as causas da vulnerabilidade verificamos uma contínua redução do peso da agricultura na economia do país, sem que tenham aparecido alternativas credíveis de maneira a manter-se níveis equilibrados com as zonas urbanas e semi-urbanas, tendo-se verificado, pelo contrário, uma progressiva degradação do rendimento dos habitantes das zonas rurais.

O mundo rural tem pouca capacidade para atrair investimentos nos sectores secundários e terciários, por escassez de infra-estruturas de acesso e acolhimento e, também, pela localização periférica relativamente aos meios urbanos e conseqüentemente aos grandes mercados.

As condições de vida e de trabalho, principalmente para os jovens, são pouco atractivas no mundo rural, devido à degradação crescente que se tem verificado nos últimos anos. Estas condições não estimulam a população a fixarem-se, as expectativas profissionais são poucas, as infra-estruturas culturais, desportivas, educativas e de saúde são quase inexistentes. Esta escassez de recursos aliada à falta de oportunidades profissionais motivadoras para a população activa, principalmente os mais jovens, sem ser capaz de lhes assegurar saídas profissionais compatíveis com a sua formação académica ou profissional.

Acresce aos problemas mencionados, os problemas ambientais, que decorrem da poluição, do abandono rural, dos incêndios florestais e da destruição dos terrenos agrícolas.

A preservação do património ambiental, da paisagem, do património rural, da cultura rural, dos ritos e dos mitos, devem estar na base da identidade e da história de um povo.

O Programa AGRIS, através da medida 7.1. permitirá a aplicação prática de muito do que se tem defendido para o mundo rural e seu desenvolvimento. O desenvolvimento do mundo rural deve ser harmonioso, provocando equilíbrios e estabilidade social, podendo através desta medida contribuir-se decisivamente para a implementação de projectos incapazes de se concretizarem sem este incentivo.

Este Programa permitirá o desenvolvimento integrado numa óptica descentralizada, onde a gestão e acompanhamento será muito próxima do promotor, contribuindo, assim, para melhor rentabilização dos investimentos a efectuar. Os projectos pretendem-se inovadores e demonstrativos e que tenham como beneficiários directos agricultores e não agricultores, entidades colectivas de direito privado e entidades públicas.

A diversificação de actividades a partir da mobilização dos recursos endógenos, a recuperação do património cultural e paisagístico ligado à valorização dos recursos locais e à criação de emprego, associado às experiências até agora colhidas, serão uma mais valia que nos permite afirmar que o carácter descentralizado e a capacidade de mobilização dos agentes locais, juntamente com entidades privadas, cooperativas e associativas, com entidades públicas de âmbito regional e local, são um bom exemplo do garante da viabilização dos projectos apresentados e da sua inserção nos objectivos gerais e na estratégia delineada para o núcleo rural em questão.

A revitalização do meio rural que se pretende para cada núcleo rural prende-se com cada um dos espaços rurais, sem repetir os padrões do passado mas, também, sem perder a identidade local e o valor cultural intrínseco da cada localidade.

Por último, importará lembrar que só existirá mundo rural com vida e dinâmico se dispuser de estrutura dinâmicas e da existência de condições que dignifiquem todos aqueles que lá residam.

